



S“A aplicação das medidas tem de ser permanentemente monitorizada...”

Medidas serão ajustadas com a evolução da pandemia na Região

com as Câmaras do Comércio no âmbito do grupo de trabalho que foi criado. E o que o governo pretende é explicar as medidas que foram tomadas no âmbito deste grupo de trabalho e não gastar a mínima energia com outras questões.

O nosso foco agora é conceber as medidas e já o fizemos. Implementá-las o mais rapidamente possível e já o fizemos. Aliás, as empresas dos Açores serão as primeiras empresas do país a beneficiarem de medidas concretas de apoio. A primeira das medidas para liquidez das empresas está disponível a partir de segunda-feira.

A adopção destas medidas é um primeiro passo. Vamos monitorizá-las permanentemente para que, sempre com o máximo de rigor e de exigência na aplicação dos dinheiros públicos, e no limite dos nossos recursos e das nossas competências, possam tornar as medidas sempre mais eficazes consoante o evoluir da situação.

Ninguém tem dúvidas que a situação evolui diariamente. Depende de conjunturas internacionais, de decisões europeias, de decisões nacionais, de decisões regionais e até da atitude – que deve ser responsável – de cada açoriano perante a pandemia. E, portanto, temos de nos

Governo explica as medidas Empresas que optem pelo Lay-Off não pagam nada dos 75% dos ordenados em Março, 4% em Abril e 8% em Maio

concentrar agora naquilo que é possível fazer de imediato. E é isto que estamos a fazer.

A mensagem que pretende transmitir é que o governo está com o seu enfoque na aplicação das medidas que concebeu e no seu ajustamento...

O nosso foco, agora, é implementar as medidas o mais depressa possível. Monitorizar permanentemente as medidas que têm de ser ajustadas, permanentemente, consoante o evoluir da situação. Isso é muito importante. Ninguém diz que as medidas tomadas são para todo este período. Este é o primeiro pacote de medidas, é o primeiro passo. A aplicação das medidas tem de ser permanentemente monitorizada. E cada uma das medidas deve ser ajustada ao evoluir da situação.

O nosso diálogo com as Câmaras do Comércio e com outras entidades enquadra-se num modelo construtivo e na base do diálogo no âmbito do grupo de trabalho criado pelo governo para acompanhar os efeitos da pandemia na economia e nas empresas.

Os consensos se deveriam encontrar no âmbito do grupo de trabalho...

Perante o desafio que enfrentamos todos, entendendo que deveríamos concentrar as energias em unir esforços. Nesta fase, não vou fazer co-

“Perante o desafio que enfrentamos todos, entendendo que deveríamos concentrar as energias em unir esforços. Nesta fase, não vou fazer comentários a comentários. Considero que este não é o caminho correcto. A preocupação de todos nós deve ser os açorianos. Devemos é trabalhar o mais que pudermos sem qualquer polémica sobre as matérias.”

mentários a comentários. Considero que este não é o caminho correcto. A preocupação de todos nós deve ser os açorianos. Devemos é trabalhar o mais que pudermos sem qualquer polémica sobre as matérias. E privilegiar sempre o diálogo no âmbito do grupo de trabalho que reúne todas as semanas com a disponibilidade permanente para monitorizar, actualizar e ajustar sempre qualquer medida e sempre que seja necessário.

João Paz

“Não se fazem cenários com base no que não se conhece”

Uma outra questão que se colocou agora foi o aumento da dívida bruta dos Açores que atingiu os 1,9 mil milhões de euros em 2019. O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada afirma que este aumento da dívida “significa que a Região não consolidou a sua posição financeira”. Como reage a esta consideração?

Sérgio Ávila - O meu comentário é muito simples. Nós não só consolidamos a nossa posição financeira em 2019 como tivemos esta consolidação ao longo de todos os anos. Os Açores têm uma dívida pública que em 2019, face a 2018, (segundo um critério de cálculo da dívida pública que é a dívida pública sobre o PIB) se manteve nos 44%. Variou de 43,6% para 44,3% mas está nos 44%. Ou seja, o total da dívida pública regional é de 44% do nosso PIB. Na Madeira, o total da dívida pública é de mais de 100% do PIB. No país é mais de 120%.

E a dívida pública de qualquer país e de qualquer região compara-se com o PIB. A nossa é metade daquela que é a média da União Europeia, é sensivelmente um terço do país e muito menos de metade da Madeira face ao PIB. Ou seja, por outras palavras, os Açores têm em termos de capacidade de endividamento, mais do dobro da capacidade da Madeira e três vezes mais do que o país neste contexto, para enfrentar agora esta fase comparativamente com o nível de produção de cada território (PIB).

A possibilidade que a Região tem de utilizar o instrumento de financiamento para fazer face a esta conjuntura é substancialmente superior àquela que tem a Madeira e que tem o próprio país em termos de PIB. Não é em termo de capacidade de financiamento absoluta. Evidentemente que um país tem uma capacidade que uma região nunca terá.

Mas, em termos de contas públicas, a nossa dívida pública face ao PIB é substancialmente inferior à da Madeira, à do país e à média da União Europeia.

Do ponto de vista de contas públicas e de dívida pública, face ao PIB que é o único critério aceite pela União Europeia, os Açores têm muito mais capacidade de recorrer à dívida pública de que tem a Madeira face ao PIB, e que em termos relativos, tem o país e tem a média da União Europeia. Repare que a média da União Europeia tem 80% da sua dívida pública face ao PIB e nós temos 44%. Eu estou a fazer uma análise do ponto de vista de contas. Não posso, evidentemente, comparar uma Região Autónoma com um país ou com a União Europeia. Não é isso que se pretende nem isto é realista. Mas, o nosso potencial de utilizar dívida pública é superior comparativamente ao PIB.

Antevê a necessidade do agravamento do endividamento dos Açores para fazer face aos efeitos da pandemia do Covid-19?

Não vou traçar qualquer necessário sobre estas matérias.

O nosso enfoque foi o de criar as medidas, criar o devido enquadramento para apoiar as empresas, essencialmente para a manutenção do emprego. Há o apoio social ao rendimento das famílias. E garantir a saúde pública com tudo o que for necessário e possível. Este é o enfoque do Governo dos Açores.

O impacto da pandemia poderá representar uma quebra na economia regional de 10 a 20% em 2020?

Com toda a objectividade, ninguém, com o mínimo rigor, consegue calcular na Região, no país, na Europa e no mundo, qual será o impacto desta pandemia no Produto Interno Bruto.

Qualquer número que se avançar de mais ou menos é apenas uma projecção que parte de um conjunto de pressupostos que ninguém os domina neste momento. E, por isso, não há nenhuma visão do impacto que, nesta fase, possa ser que não seja uma previsão que parte de um conjunto de variáveis que ninguém, neste momento, sabe quais serão.

Este não é tempo de fazer estas previsões porque ninguém sabe. Há muitas variáveis que ninguém as domina. E, portanto, não se podem fazer previsões a partir do que se desconhece que vai acontecer.

João Paz